

Oposição obstrui Congresso por anistia e fim de foro

Pauta também inclui impeachment de Alexandre de Moraes

Por Gabriela Gallo

A prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) gerou grande repercussão e aparenta ter agravado a crise política, especialmente no poder Legislativo. Nesta terça-feira (5), parlamentares da oposição governista ocuparam as cadeiras das Mesas Diretoras, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, obstruindo os trabalhos da Casa. Os parlamentares afirmaram que a movimentação é um protesto à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e liberarão as Mesas Diretoras quando tiverem suas exigências cumpridas. Ambas as sessões de Ordem do Dia desta terça-feira foram canceladas.

Os parlamentares da oposição apresentaram uma série de exigências para encerrarem a mobilização que intitularam de “pacote da paz”. As prioridades são: a anistia ampla e irrestrita aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos três Poderes de 8 de janeiro de 2023, em Brasília; o impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes; e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que decreta o fim do foro por prerrogativa de função (conhecido como foro privilegiado) – se aprovada, Jair Bolsonaro não seria mais julgado pela Suprema Corte, mas por um tribunal de instância inferior.

“Não adianta a Mesa Diretora continuar negando o direito dos senadores de votarem os 30 pedidos de impeachment de Alexandre de Moraes. Não dá mais para nós sustentarmos um ministro que agride a Constituição”, disse o senador Jorge Seif (PL-SC), em vídeo divulgado em suas redes sociais. “O que nós queremos é que o plenário vote. Se a maioria escolher em absolver e não querer investigar Alexandre de Moraes, temos que respeitar a soberania do plenário”, disse o senador em uma



Deputados tampam a boca durante obstrução, alegando que sofrem censura

gravação que mostra ele e demais senadores da oposição na Mesa Diretora no Plenário.

Para a imprensa, o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), admitiu que considera a medida como “radical”, porém avaliam-na como necessária. “Nós estamos tomando uma posição que eu entendo que é radical, para que haja uma conversa. Para que nós possamos discutir uma pauta que atenda a uma parcela expressiva do parlamento brasileiro”, ele declarou para jornalistas. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), está há mais de 15 dias sem conversar com nenhum líder da Casa.

Enquanto ainda não chegam a um acordo, os congressistas realizam um rodízio entre si para garantir que a Mesa Diretora esteja sempre ocupada e, consequentemente, obstruída. Na Câmara dos Deputados, dos 80 deputados que participam do revezamento, 20 estão a todo momento na Mesa Diretora. Cada grupo participa três horas no plenário e depois seis horas de descanso. Dentre os partidos envolvidos na movimentação estão: PL, Progressistas, União Brasil, Novo,

Podemos, PSD, dentre outros.

Parlamentares da base governista criticaram veementemente os atos de obstrução. O líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ) afirmou que a oposição pratica uma “chantagem” contra o país. “Ninguém pode parar pela força a atividade parlamentar e os trabalhos legislativos. É uma continuidade desse processo de golpe. Isso aqui é mais um ataque às instituições”, disse o deputado em entrevista coletiva. Ao obstruir as votações nos plenários, paralisa-se a análise dos projetos no Congresso, inclusive projetos econômicos relevantes – como o Orçamento para 2026 e o projeto que isenta o pagamento do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

Reunião de Líderes

Além de obstruir as votações em plenário, durante entrevista coletiva da oposição nesta terça-feira (5), o 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Altineu Côrtes (PL-RJ), declarou que, no momento em que ele “exercer a presidência plena da Câmara dos Deputados, ou seja, quando o presidente Motta se ausentar do país”, ele

pautará o projeto de lei que concede anistia ampla e irrestrita aos presos de 8 de janeiro. “Essa é a única forma de pacificar o país”, disse Côrtes, que reforçou que comunicou a situação ao presidente da Câmara.

Em um comunicado divulgado em suas redes sociais, o presidente da Câmara informou que convocou para esta quarta-feira (6) uma reunião de líderes da Câmara dos Deputados para discutirem quanto as pautas da oposição, que, segundo o parai-bano, “será definida com base no diálogo e no respeito institucional”. A reunião de líderes da Câmara inicialmente estava agendada para esta quinta-feira (8). Por meio de nota, Davi Alcolumbre também convocou uma reunião de líderes, mas não detalhou a data do encontro.

Contudo, informações dos bastidores apontam que o líder do PL na Câmara, deputado Sôstenes Cavalcante (RJ), não aceitou a convocação do presidente da Câmara. A priori, os congressistas somente desocuparão as Mesas Diretoras mediante reunião com os dois presidentes do Congresso. Portanto, eles não participarão da reunião de líderes desta quarta.

Advogados de Bolsonaro vão recorrer sobre prisão domiciliar

Por Gabriela Gallo

Após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decretar a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por descumprimento de medidas cautelares, os advogados de Bolsonaro declararam que irão recorrer da decisão, como adiantado pelo Correio da Manhã. Horas depois da decisão de Moraes, na noite desta segunda-feira (4), a defesa do ex-presidente comunicou ter sido “surpreendida” com a notícia e disseram que seu cliente não descumpriu a medida cautelar de usar redes sociais por intermédio de terceiros – motivo da prisão ter sido decretada.

Por meio de nota divulgada à imprensa, a defesa do ex-chefe do Executivo destacou que “na última decisão” de Alexandre de Moraes sobre as medidas cautelares que deveriam ser seguidas “constou expressamente que ‘em momento algum Jair Messias Bolsonaro foi proibido de conceder entrevistas ou proferir discursos em eventos públicos’”.

“Ele [Bolsonaro] seguiu rigorosamente essa determinação. A frase ‘Boa tarde, Copacabana. Boa tarde meu Brasil. Um abraço a todos. É pela nossa liberdade. Estamos juntos’ não pode ser compreendida como descum-



Flávio Bolsonaro ter excluído publicações reforçou decisão

primento de medida cautelar, nem como ato criminoso. A defesa apresentará o recurso cabível”, declarou a nota.

Entenda

Neste domingo (3), ocorreram manifestações favoráveis a Jair Bolsonaro por todo país. Durante os atos, o ex-presidente participou de uma chamada de vídeo em que cumprimentou aliados e eleitores. O conteúdo foi divulgado pelos filhos do ex-presidente em suas redes sociais – o que se enquadrava como uso de redes sociais por terceiros, segundo decisão de

Moraes. “O flagrante desrespeito às medidas foi tão óbvio que o próprio filho do réu, o senador Flávio Bolsonaro [PL-RJ], decidiu remover a postagem realizada em seu perfil, na rede social Instagram, com a finalidade de omitir a transgressão legal”, declarou o ministro do STF.

Apesar do documento enfatizar a exclusão do conteúdo pelo senador Flávio Bolsonaro, os três filhos do ex-presidente – o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL) e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) – publicaram em suas redes sociais

postagens de agradecimento de Bolsonaro aos apoiadores. Em uma das publicações, Carlos Bolsonaro pede para que seus seguidores sigam a conta de Jair Bolsonaro nas redes sociais.

A expectativa é que a defesa recorra a decisão para a Primeira Turma do STF e questione a prisão ter ocorrido por uma decisão monocrática de Moraes. Outra alternativa é que a defesa do réu argumente que ele agiu de “boa-fé” ao pedir que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apagasse o vídeo de suas redes sociais. Eles devem reforçar o ponto de que Bolsonaro não tem controle sobre as redes sociais de terceiros e que ele gravou o vídeo para ser transmitido aos apoiadores no ato deste domingo (3), em Copacabana, sem saber que seria replicado em qualquer rede social. As informações são da CNN Brasil.

O ex-presidente é réu por integrar o núcleo principal de um plano de tentativa de golpe de Estado, junto de outros sete réus. O caso é julgado pela Primeira Turma da Corte e já passou pelo período de interrogatórios. A expectativa é que o julgamento retorne em setembro. Ele também é investigado por mandar recursos, via pix, para bancar a estadia de seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, nos Estados Unidos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Deputados bolsonaristas ocupam Mesa da Câmara

Centrão será usado para esvaziar protestos

Os presidentes da Câmara e do Senado contam com o Centrão para resolver a crise gerada por parlamentares bolsonaristas, quase todos do PL, que ocuparam as mesas diretoras dos plenários das duas casas para impedir sessões.

Os deputados e senadores que participam dos atos querem forçar a tramitação ou votação de propostas como anistia

aos golpistas, impeachment do ministro Alexandre de Moraes e fim do foro privilegiado.

Na avaliação de Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP), presidentes, respectivamente da Câmara e do Senado, o movimento é de uma ala mais radical e não conta com o apoio de setores moderados, que não querem inviabilizar os trabalhos.

Apoio

Para Motta e Alcolumbre, dá para contar com o apoio dos moderados para esvaziar o movimento. Isso, mesmo com a presença, entre os ocupantes, de parlamentares ligados ao bolsonarismo que querem o apoio dos eleitores do ex-presidente.

STF

Há também o risco de o Supremo Tribunal Federal vetar uma anistia que seja aprovada pelo Congresso e não admitir que o eventual fim do foro privilegiado faça com que processos abertos em tribunais superiores sejam encaminhados para a primeira instância.



Integrantes da oposição dão entrevista coletiva

Regimentos admitem sessões em outros locais

Caso a ocupação permanente, as sessões da Câmara e do Senado poderão ser realizadas em outros locais. Isso é previsto nos regimentos das casas.

Na Câmara, em caso de “motivo relevante, ou de força maior”, a Mesa Diretora poderá decidir que as reuniões sejam realizadas “em outro edifício ou em ponto diverso no

território nacional.”

Esta decisão teria que ser referendada pela maioria absoluta dos deputados, metade mais um dos que compõem a Casa.

No caso do Senado, as reuniões podem ocorrer “eventualmente, em qualquer outro local, por determinação da Mesa, a requerimento da maioria dos Senadores.”

Guerra

A mudança de local das sessões do Senado ocorreria em “caso de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede.” A mudança dos locais é uma alternativa ao uso da força, algo que seria dramático.

Tentativas

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) diz que Alcolumbre tentou fazer a sessão em outro auditório, mas o local já estava ocupado. Segundo o vice-presidente do Senado, Humberto Costa (PT-PE) foi indicado para negociar, mas a conversa não andou.

Vírus

Nem o coronavírus havia conseguido impedir o funcionamento do Congresso. Logo no início da pandemia, em março de 2020, as duas casas aprovaram normas para viabilizar a realização de sessões remotas, sem a presença física de parlamentares.

Ditadura

A ditadura também fechou o Congresso: em 1966, no governo de Castello Branco, para conter “elementos contra-revolucionários”. Em 1968, quando Costa e Silva, implantou o AI-5; em 1977, para que Ernesto Geisel mudasse regras para garantir a manutenção do regime.